O ENSINO SUPERIOR PRIVADO: TENDÊNCIAS DA ÚLTIMA DÉCADA*

Helena Sampaio

A partir de 1980, movimentos estruturais importantes começam a ser desencadeados no setor privado de ensino superior no Brasil. Essas mudanças, em razão da dimensão desse setor, atingiram, e ainda continuam afetando, a própria configuração do sistema de ensino superior no País. As principais são: estabilidade seguida de declínio da participação relativa das matrículas privadas no sistema de ensino superior; diminuição do número de estabelecimentos isolados, simultaneamente ao aumento de universidades particulares; desconcentração regional e interiorização dos estabelecimentos particulares e de suas matrículas; crescimento acelerado do número de cursos e ampliação do leque de carreiras oferecidos pelo setor privado.

As mudanças têm naturezas distintas. A primeira - redução do número de matrículas do setor privado e de sua participação relativa no sistema - é um efeito imediato da diminuição da demanda de ensino superior no País. As demais mudanças resultam de reações do setor privado de ensino superior a esse efeito da redução da demanda global por ensino superior. Fazem, portanto, parte da dinâmica que o setor privado estabelece com o mercado e são, em grande medida, sinalizadas por ele. Trata-se de estratégias de adaptação deste setor aos novos tempos.

O objetivo do trabalho é compreender o significado dessas transformações no contexto do desenvolvimento educacional do País e do sistema nacional de ensino superior em seu conjunto.

---

*Este trabalho é parte da tese da autora "O setor privado do ensino superior no Brasil", apresentada no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em julho de 1998.

1. Dos estabelecimentos isolados às universidades privadas

A expansão do setor privado deu-se, fundamentalmente, mediante a proliferação de estabelecimentos isolados, muitos dos quais antigas escolas de nível secundário (Escolas de Comércio e Normal), de pequeno porte que ofereciam um número reduzido de cursos. Escolas dessa natureza caracterizaram a expansão e a consolidação do setor privado de atendimento da demanda de massa no final dos anos 60 e durante toda a década de 1970.

A partir da segunda metade da década de 1970, inicia-se uma mudança gradativa na configuração do setor privado de ensino superior no que diz respeito à natureza institucional dos estabelecimentos que o compõem.

Em um primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federação de escolas ou escolas integradas, mediante processos de fusão de escolas isoladas ou de incorporação de um ou mais estabelecimentos. Em termos legais, para mudar sua natureza institucional - ou seja, passar a ser uma federação de escolas ou escolas integradas, o estabelecimento precisa da autorização e posterior reconhecimento do Conselho Federal da Educação[1]. Em certo sentido, trata-se de uma versão do setor privado das experiências já consolidadas de aglutinação de instituições, públicas e particulares, que ocorreram, em diferentes períodos, no âmbito do setor público de ensino superior[2]. Embora não possuam o *status* de universidade nem a autonomia que a define, as federações de escolas tendem a rivalizar-se com as instituições universitárias em termos de número de alunos.

No momento seguinte, a partir do final da década de 1980, o movimento é no sentido da transformação de escolas isoladas e/ou de federação de escolas em universidades particulares. Com efeito, entre 1985 e 1994, o número de universidades privadas no País quase quadruplicou[3], o que contrasta com o número inexpressivo de universidades privadas, sobretudo não-confessionais, no período de auge da expansão do ensino privado. Em 1996,

---

[1] Durante o período analisado (1980-1994), o órgão foi o Conselho Federal da Educação, extinto em 1994.

[2] Esse processo de aglutinação de escolas isoladas particulares é semelhante ao que ocorreu no passado com as instituições públicas. Nos anos 70, no Estado de São Paulo, muitas instituições isoladas localizadas no interior foram incorporadas pela Universidade Estadual Paulista, a UNESP. Processo semelhante havia ocorrido na década de 1930 na ocasião da criação da USP, em São Paulo, e na década de 1940, em âmbito nacional, com a incorporação de escolas públicas estaduais e federais isoladas e de escolas privadas nas novas universidades federais.

[3] Ver, no Anexo 1, a relação nominal das universidades criadas entre 1980 e 1996.

elas somavam 76, sendo maioria no total das universidades brasileiras[4].

Quadro 1 - Estabelecimentos privados de ensino superior em relação ao total de estabelecimentos segundo a natureza institucional - 1980-1994.

Ano	Universidade		Instituição isolada		Federação de escolas		Total
	Total	Privada	Total	Privada	Total	Privada	
1980	65	20	797	643	20	19	**882**
1985	68	20	732	548	59	58	**859**
1990	95	40	749	582	74	74	**918**
1994	127	59	637	490	84	84	**851**

Fonte: Elaborado a partir da *Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil*, Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1994a.

Esse movimento expressa a percepção, por parte da iniciativa privada, que estabelecimentos maiores, com uma oferta mais diversificada de cursos, têm vantagens competitivas na disputa pela clientela de ensino superior. Por isso, os estabelecimentos devem crescer, ampliando o escopo de seus cursos ou ainda criando novas instalações físicas de forma a buscar, inclusive, fora de seus domínios já consolidados, novas clientelas para o ensino superior. Nesse contexto que surgem as transformações na configuração do setor privado no que diz respeito ao número, tamanho e natureza institucional de seus estabelecimentos. Conforme se vê no Quadro 1, a triplicação do número de federações de escolas entre 1980 e 1985 já demonstra essa percepção.

O movimento de transformação dos estabelecimentos isolados em universidades inscreve-se também no quadro de mudanças na legislação para o ensino superior. Não é por acaso que se intensificou a partir de 1988, data da nova Constituição Federal. Ao disciplinar o princípio da autonomia para as universidades, tanto públicas como particulares, a Constituição criou um instrumento que abriu ao setor privado a possibilidade de se libertar do controle burocrático do Conselho Federal de Educação. Com a LDB de 1996, a autonomia atribui às universidades a competência para criar e extinguir cursos na própria sede e remanejar o

[4] O aumento do número de universidades públicas, no período mais recente, deve-se à criação de universidades estaduais. A criação dessas instituições tem sido responsável também pela taxa de crescimento das matrículas públicas. No setor público, o segmento estadual foi o que mais cresceu. Em 14 anos, de 1980 a 1994, o número de universidades estaduais no País passou de 9 para 31, o que representa um crescimento da ordem de 176%.

número de vagas dos cursos que oferecem. Dispondo dessa prerrogativa da autonomia, os estabelecimentos particulares podem responder, de forma mais ágil, ao atendimento da demanda de massa por ensino superior. Na prática significa fechar cursos menos procurados, abrir outros com maior capacidade de atrair a clientela, alterar o número de vagas oferecidas de acordo com as oscilações das matrículas e da evasão, entre outras providências; decisões dessa natureza de ajuste ao mercado podem ser implementadas sem serem submetidas à tramitação burocrática pela qual passam os pleitos de autorização de cursos encaminhados pelas instituições não universitárias. Nesse sentido, ao outorgar autonomia às universidades, a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a LDB de 1996, forneceram um instrumento que vem ao encontro do caráter dinâmico, característico de um setor privado de massa em se amoldar à demanda, e intensificou o movimento dos estabelecimentos privados em se transformarem em universidades.

É nesse quadro legal no qual as universidades apresentam maiores vantagens competitivas do que os estabelecimentos isolados no mercado de ensino superior que as pressões da iniciativa privada sobre o então Conselho Federal da Educação tornam-se mais compreensíveis. Entre 1984 e 1993, este órgão aprovou, somente no Estado de São Paulo, a transformação de 18 estabelecimentos isolados privados em universidades. Em 1993, 97 estabelecimentos de ensino superior de todos os estados pleiteavam, junto ao CFE, o reconhecimento como universidades; mais da metade dessas instituições localizam-se no Estado de São Paulo[5].

A tendência de mudança da natureza institucional dos estabelecimentos privados de ensino superior - de isolados a universidades - é acompanhado de outro movimento: a redução no número deles.

Com efeito, desde 1980, constatam-se dois períodos de crescimento absoluto e relativo (1980 e 1990) do número de estabelecimentos privados, intercalados por dois de redução absoluta no número deles (1985 e 1994). No cômputo geral, a queda no número absoluto de estabelecimentos de ensino superior, em um dado período, tende a ser compensada no período seguinte, não atingindo, portanto, tal como ocorre com as oscilações nas matrículas, a proporção de participação do setor privado no conjunto de instituições de ensino superior no

[5] Entrevista com o então Ministro de Estado da Educação e do Desporto José Goldemberg. Goldemberg critica expansão desordenada do ensino superior, Jornal *O Estado de S. Paulo*, 4/7/93.

País. A proporção de estabelecimentos particulares mantém-se acima de 70,0% há, pelo menos, 30 anos.

Quadro 2 - Número de estabelecimentos de ensino superior públicos e privados no período 1975-1994.

Período	**Públicos**	**Privados**	**Total**
1975-1980	- 15	+ 37	+ 22
1981-1985	+ 33	- 56	- 23
1986-1990	- 11	+ 70	+ 59
1991/1994	- 4	- 63	- 67

Fonte: Elaborado a partir da *Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994a.

Deve ser notado que o decréscimo no número de estabelecimentos não significa que eles estivessem sendo fechados. Essa redução, freqüentemente, resulta de um processo de fusão, que envolve dois ou mais estabelecimentos isolados ou, ainda, de incorporação de um ou vários estabelecimentos por uma terceira instituição. Isso ocorre tanto no setor privado como no setor público de ensino superior. Essas oscilações, muitas vezes, constituem a contrapartida do movimento dos estabelecimentos isolados particulares em se transformarem em universidades.

Desconcentração regional e interiorização dos estabelecimentos privados

A expansão do setor privado de ensino superior nos anos 60 e 70 ocorreu, conforme Tabela 1, de forma localizada e quase restrita às regiões Sudeste e Sul do País.

Tabela 1 - Estabelecimentos privados nas diferentes regiões geográficas em relação ao total de estabelecimentos privados, 1980-1994 (em porcentagem).

Região geográfica	**Norte**		**Nordeste**		**Sudeste**		**Sul**		**Centro-Oeste**		**Total de instituições privadas**
Ano	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	
1980	2	0,3	54	7,9	596	74,2	98	14,4	22	3,2	**772**
1985	2	0,3	43	6,8	476	75,8	87	13,9	20	3,2	**628**
1990	11	1,6	55	7,9	483	69,4	101	14,5	46	6,6	**696**
1994	11	1,7	49	7,7	445	70,3	78	12,3	50	7,9	**633**

Fonte: Elaborada a partir de dados da *Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994a.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a participação relativa dos estabelecimentos privados é quase inexpressiva. Todavia, entre 1985 e 1990, constata-se, nessas regiões, um incremento significativo no número de estabelecimentos particulares, como se verifica na região Centro-Oeste. Nesta, entre 1980 e 1985, o número de estabelecimentos particulares mais do que duplicou; entre 1985 e 1994, período em que se verifica uma estabilidade de crescimento no número de instituições privadas nas regiões Norte e Nordeste e até um decréscimo no número absoluto delas nas regiões Sul e Sudeste, na região Centro-Oeste foram criados quatro novos estabelecimentos (ver Quadro 3).

Para evitar distorções, é preciso completar os dados sobre a involução do número de estabelecimentos privados com dados relativos às matrículas de ensino superior nas diferentes regiões.

Outra tendência que tem acompanhado a desconcentração regional dos estabelecimentos privados de ensino superior é a sua interiorização nos estados. Esse fato, todavia, não é tão recente na trajetória do ensino superior no País, pelo menos em alguns estados. Em geral, esse processo seguiu as iniciativas pioneiras do setor público nos anos 60, quando novas instituições foram fundadas em cidades médias no interior dos estados. Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e Goiás, mais recentemente, traduzem essa tendência em diferentes versões.

Em Minas Gerais, a interiorização ocorreu, sobretudo, mediante a expansão de instituições públicas federais. Na Paraíba, ampliaram-se as redes públicas federal e estadual, que absorvem também instituições municipais. Em Santa Catarina, o processo de interiorização do ensino superior, a partir de meados dos anos 60 e durante toda a década de 1970, prendeu-se à instalação de instituições de ensino superior municipais. Essas instituições definem-se como fundações de direito público, cobram pelo ensino oferecido e respondem por mais de 70% das vagas de ensino superior nesse Estado (Dourado, 1997). No Paraná, predominam os estabelecimentos de ensino superior estaduais; boa parte deles era municipal transferida para o governo estadual. No Rio Grande do Sul, ocorreu um processo semelhante ao de Santa Catarina. Além de ser um dos estados mais beneficiados pela criação de instituições federais, o Rio Grande do Sul seguiu um padrão diferente: o desenvolvimento de uma rede de instituições particulares comunitárias. Concentradas sobretudo no nordeste e noroeste do Estado, essas instituições foram criadas a partir de iniciativas de lideranças locais, motivadas pelas necessidades e perspectivas de desenvolvimento regional e com o apoio da

ação política de representantes locais. Essas instituições tenderam, a partir de meados da década de 1980 a se aglutinar e a se organizar em universidades (Neves, 1995). Em Goiás, a interiorização do ensino superior é mais recente, sendo característica dos anos 80, e está associada à instalação de instituições fundacionais municipais (Dourado, 1997).

A trajetória mais recente da interiorização dos estabelecimentos privados inscreve-se em uma outra dinâmica - a busca pela ampliação da clientela. Associa-se, portanto, não só à criação de estabelecimentos, mas também à ampliação daqueles já existentes no interior dos estados.

Nas regiões Sudeste e Sul, o setor privado cresceu mais no interior, tanto em termos de novos estabelecimentos como em termos da abertura de novos cursos em instituições já consolidadas. No Estado de São Paulo, em especial, 60% dos 326 cursos criados no período entre 1985 e 1996 estão localizados no interior (ver Quadro 6). Já nas regiões Norte e Nordeste, a tendência foi antes de criação de novos estabelecimentos do que propriamente de ampliação das suas dimensões mediante a abertura de novos. Nessas regiões, diferentemente do Sul e Sudeste, a interiorização dos estabelecimentos ainda é muito incipiente e eles ainda se concentram nas capitais dos estados. Todavia, a instalação, nesse período, de seis novas instituições no interior dos estados do Nordeste contra oito nas capitais de seus estados é indicativa de uma tendência à interiorização do ensino superior privado também nessa região. A região Centro-Oeste, por abrigar o Distrito Federal, apresenta uma situação muito especial, uma vez que Brasília concentra boa parte dos estabelecimentos privados de ensino superior que estavam sendo criados nesse período. A presença do Distrito Federal explica, portanto, por que na região Centro-Oeste o número de instituições criadas, no período 1985-1996, nas capitais e no interior é equivalente[6].

[6] Sobre o setor privado de ensino superior em Brasília, ver Martins (1995).

Quadro 3 - Número de estabelecimentos privados, criados ou ampliados no período 1985-1996, por região e localização geográfica.

Região geográfica	Estabelecimentos criados entre 1995 e 1996		Estabelecimentos em ampliação (criados antes de 1985)		Total
	Capital	Interior	Capital	Interior	
Norte	5	0	1	1	**7**
Nordeste	8	6	8	0	**22**
Sudeste	16	34	29	52	**131**
Sul	7	9	3	16	**35**
Centro-Oeste	11	11	7	2	**31**
Total	**47**	**60**	**48**	**71**	**226**

Fonte: Elaborado a partir de dados do **Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES**, Brasília, 1997.

As "malhas universitárias paulistas"

O Estado de São Paulo é o exemplo mais completo do processo de interiorização dos estabelecimentos de ensino superior que se iniciou nos anos 60 e prosseguiu durante todo o período de expansão do sistema na década de 1970[7]. Em 1994, 32,2% dos estudantes universitários do País se concentravam no Estado de São Paulo. Eram mais de meio milhão de estudantes (540.716), distribuídos em 335 instituições de ensino superior, incluindo universidades, federações de escolas, faculdades integradas e estabelecimentos isolados.

Os estabelecimentos particulares são, de longe, predominantes. Dados de 1992 indicam que 82% dos estabelecimentos de ensino superior paulistas eram privados e

[7] A Universidade de São Paulo foi pioneira na descentralização, quando estabeleceu, no início dos anos 60, o *campus* de Ribeirão Preto. Nos anos 70, foram criadas duas universidades estaduais - a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade de Campinas (Unicamp). As histórias da fundação dessas universidades são bastante diferentes. A origem da Unesp está associada ao projeto de congregação dos institutos isolados, criados no final da década de 1950. Em 1976, foi criado o primeiro *campus* da Unesp, em Ilha Solteira, município, na época, com 25 mil habitantes. Já a criação da Unicamp inscreve-se em uma política educacional mais ousada; vincula-se ao processo de interiorização das indústrias de bens de capital e consumo durável no Estado de São Paulo. Concebida em meados da década de 1960, a Unicamp privilegiou, em um primeiro momento, os institutos tecnológicos e manteve, assim, estreita ligação com o setor produtivo que se instalava na região. Era menos uma questão de interiorizar o ensino superior e mais de inovar o sistema, mediante a oferta de cursos na área tecnológica.

respondiam por 83% de um total de 190 mil vagas oferecidas na região[8]. Oitenta municípios do Estado contam com pelo menos um estabelecimento privado de ensino superior. Esse número elevado de municípios com estabelecimentos de ensino superior deve-se à existência, em grande número, de instituições municipais. Em 1993, havia 42 instituições fundacionais municipais só no Estado de São Paulo; apenas duas eram universidades. Embora tendam a ser definidas como instituições públicas, elas não são, necessariamente, gratuitas.

O corte por região administrativa permite avaliar a intensidade com que se deu a interiorização dos estabelecimentos privados de ensino superior no Estado e, ao mesmo tempo, a relação complementar que estas instituições particulares mantêm com o setor público paulista. Em quase todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo, os estabelecimentos particulares e suas matrículas predominam[9].

Se, à primeira vista, a distribuição dos estabelecimentos de ensino superior no Estado parece aleatória e dispersa, observando mais atentamente, revelam-se manchas que apresentam contornos mais definidos em algumas regiões do que em outras. Cidades pequenas e de médio porte funcionam como uma espécie de satélites de outras, maiores, pioneiras do processo de interiorização da oferta de ensino superior, configurando as "malhas universitárias": diversas instituições - públicas, privadas, universitárias e isoladas - que oferecem seus serviços de ensino superior em vários municípios de uma mesma região do Estado.

Além do aspecto da proximidade geográfica entre as cidades, as malhas universitárias são também um campo bastante complexo. Em primeiro lugar, devido à própria heterogeneidade que caracteriza o conjunto dos estabelecimentos que compõem as malhas. Em segundo lugar, porque as malhas, por meio de seus estabelecimentos, comportam relações de competição, cooperação e complementação em termos da oferta de cursos e no que diz respeito ao recrutamento da clientela. Os diferentes estabelecimentos de ensino superior de uma malha se ajustam para responder a uma demanda consolidada, mas que mostra sinais de declínio, proveniente das camadas médias urbanas do interior do Estado.

---

[8] Embora os estabelecimentos privados sejam em maior número, a rede pública no Estado de São Paulo é, relativamente, extensa. Os estabelecimentos públicos de ensino superior, entre universidades e escolas isoladas estaduais, federais e municipais estão presentes em pelo menos 50 municípios paulistas. São 15 *campi* da Unesp; seis da USP (incluindo o *campus* de São Paulo), a Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, depois transformada em universidade federal, três da Unicamp; uma universidade federal (Universidade Federal de São Carlos), duas municipais (Universidade de Taubaté e Universidade do Vale da Paraíba); e 34 instituições isoladas, entre federais, estaduais e municipais.

[9] A exceção é a região administrativa de São José dos Campos, onde as matrículas públicas respondem por mais de 60% do total desta região.

A descentralização do ensino superior no Estado de São Paulo promoveu, ao mesmo tempo, a sua nucleação. A instalação de estabelecimentos - públicos e privados - no interior exigiu o desenvolvimento de serviços de apoio, como repúblicas e transporte intermunicipal para estudantes e professores, mínima estrutura de lazer e de alimentação, entre outros. A existência dessa estrutura de serviços de apoio em uma determinada região tende, ela própria, a reforçar o processo de nucleação de estabelecimentos de ensino superior, isso é, de formação de malhas universitárias.

A região Noroeste do Estado é um bom exemplo da formação desses pólos de atração. Com 17 *campi* universitários (15 públicos e 2 privados) e com 74 instituições isoladas (15 públicas e 59 privadas), nessa região delineiam-se quatro malhas universitárias. A primeira parte de Campinas e se estende pelos municípios de Capivari, Limeira, Jundiaí, Americana e Piracicaba. A segunda malha se tece em torno de Marília englobando os municípios de Botucatu, Barra Bonita, Jaú e Bauru. A terceira malha está centrada na região de Rio Claro, São Carlos e Araraquara. A última malha, mais ao norte da região noroeste, tem com centro a cidade de Araçatuba e costura os municípios de Pereira Barreto, Santa Fé do Sul, e de Penápolis[10].

As cidades-núcleos de **malhas universitárias,** em geral, são também sedes de regiões administrativas do estado. Na região Noroeste são os casos de Campinas, Bauru, Marília e Araçatuba. Nas duas primeiras, os estabelecimentos universitários, públicos e privados, são maioria, respondendo, também, por mais da metade das vagas oferecidas. Já em Araçatuba, predominam as instituições isoladas[11]. A composição entre setores público e privado de ensino superior das malhas universitárias da região noroeste reflete a situação do sistema paulista em seu conjunto: o predomínio de estabelecimentos particulares. No que diz respeito à participação relativa dos setores público e privado no total de inscrições no vestibular,

---

[10] As cidades da região Noroeste com pelo menos uma instituição de ensino superior são as seguintes: Adamantina, Americana, Andradina, Araçatuba, Barra Bonita, Barretos, Bauru, Bebedouro, Botucatu, Campinas, Capivari, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Itu, Jaboticabal, Jales, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Lucélia, Marília, Matão, Monte Aprazível, Penápolis, Pereira Barreto, Piracicaba, Rio Claro, Santa Fé do Sul, São Manoel, Tupã e Votuporanga.

[11] Na região administrativa de Campinas, 57,4% dos estabelecimentos de nível superior são universidades; essas instituições respondem por 61,9% das vagas da região e por 83,1% das inscrições. Na região de Bauru, as instituições universitárias correspondem a 52% do total de estabelecimentos, respondendo por 45,3% das vagas e 55,2% das inscrições. Em Marília, os estabelecimentos universitários também são maioria - 62,1% -, respondem por cerca de dois terços das vagas - 65,9% -, mas perdem em percentual de inscrições para as escolas isoladas, que concentram 65,7% das inscrições dessa região. Diferentemente, na região de Araçatuba, os estabelecimentos isolados correspondem a 88,6% do total e respondem por 91,3% das vagas oferecidas. Em termos de percentual de inscrições, as universidades concentram 41,4% do total da região.

constata-se uma distribuição relativamente equilibrada, pendendo para o setor privado. Uma vez que os estabelecimentos públicos são em menor número e oferecem um número menor de vagas, em comparação com o setor privado, é de se supor que os excluídos dos estabelecimentos públicos, mediante exames de ingresso, constituam uma clientela potencial para os estabelecimentos particulares de ensino superior no interior do Estado[12].

Malha universitária designa, assim, um padrão muito específico de expansão dos estabelecimentos privados no Estado de São Paulo. Nesse padrão, duas características do setor público de ensino superior são fundamentais: a primeira diz respeito a sua dimensão relativamente reduzida - menor número de instituições e menor número de vagas oferecidas; a segunda remete ao caráter seletivo dos exames vestibulares das universidades públicas paulistas. Foi em torno do setor público de ensino superior e, sobretudo, em função de sua opção em não crescer, ou de sua incapacidade de expandir-se no mesmo ritmo da demanda de massa por ensino superior, nos anos 70 e início dos anos 80, que os estabelecimentos particulares de ensino superior se instalaram e se expandiram no interior do Estado. Assim, foi no rastro da política de regionalização do setor público de ensino superior - que se deu por meio da criação de instituições municipais ou federais, da criação de *campi* avançados da USP e Unesp, da criação da Unicamp, em Campinas - que o setor privado foi tecendo essas malhas universitárias. Seus estabelecimentos instalaram-se tanto em cidades de médio e grande portes, onde se localizam as instituições públicas, como em cidades menores, vizinhas das cidades-núcleos e, assim, formaram as redes.

A interiorização dos estabelecimentos privados no Estado de São Paulo respondeu não só à demanda que o setor público não conseguia atender, sobretudo àquela voltada para as áreas mais concorridas, como a da saúde, como também atendeu a uma demanda genérica, muitas vezes de caráter credencialista, por ensino superior. Nesse caso, a instalação de estabelecimentos particulares de ensino superior em municípios de pequeno e médio portes criou clientelas que dificilmente se direcionariam para as instituições públicas, devido ao caráter, em geral, mais seletivo em relação ao desempenho acadêmico dos candidatos e estudantes dessas instituições.

[12] Nesse quadro, a região administrativa de Marília é uma exceção. Cerca de noventa por cento das inscrições em vestibular estão no setor privado. Isso deve-se à dimensão reduzida do setor público nessa região, tanto em termos de número de estabelecimentos como de vagas oferecidas.

2. As matrículas

O setor privado de ensino superior entrou nos anos 80 com perspectivas promissoras: entre 1975 e 1980, o número de suas matrículas havia quase triplicado; sua participação relativa no total de matrículas de ensino superior aumentara de 61,8% para 63,3%[13]. Nesse período, o crescimento das matrículas do setor privado resultou antes da ampliação da capacidade de atendimento dos estabelecimentos particulares já existentes do que da criação de novos. Entre 1975 e 1980, criou-se um número reduzido de estabelecimentos particulares de ensino superior comparativamente ao qüinqüênio anterior.

Os dados para o período de 1980 a 1985 apontam uma reversão da tendência de crescimento continuado, indicando diminuição no número absoluto e na participação relativa das matrículas privadas no total de matrículas de ensino superior. A partir de 1985, constata-se a alternância entre períodos de estabilidade e de redução do número de matrículas do setor privado e de sua participação relativa no sistema de ensino superior. Entre 1985 e 1990, constata-se crescimento real no número de matrículas privadas e aumento de sua participação relativa no sistema. Novamente, entre 1990 e 1994, redução no número absoluto e na participação relativa das matrículas do setor privado no sistema (ver Tabela 2). Com efeito, no ano de 1994, a participação relativa das matrículas do setor privado - 58,3% - no total de matrículas de ensino superior foi a menor dos últimos 30 anos.

Tabela 2 - Estabelecimentos e matrículas do setor privado em relação ao total de estabelecimentos e matrículas de ensino superior - 1975-1994.

	Estabelecimentos		Matrículas	
Ano	**Número**	**Percentual sobre o total**	**Número**	**Percentual sobre o total**
1975	645	75,0	300.657	61,8
1980	682	77,3	885.054	64,3
1985	626	72,9	810.929	59,3
1990	696	75,8	961.455	62,4
1994	633	74,4	970.584	58,3

Fonte: Elaborada a partir de dados da **Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil**, Ministério da Educação e do Desporto,1994a.

[13] Cabe notar que o aumento do índice de 61,8% para 63,3% das matrículas do setor privado em um período de expansão da demanda por ensino superior indica, por outro lado, que o setor público, no período, também estava ampliando sua capacidade de absorção da demanda.

O declínio das matrículas do setor privado pode ser apreendido considerando-se também suas taxas de crescimento desde 1980. Se no período entre 1980 e 1985 as matrículas privadas ainda apresentaram uma taxa de crescimento de quase 200%, no qüinqüênio seguinte essa taxa foi negativa e, entre 1990 e 1994, não chegou a atingir 1%, conforme pode-se notar na Tabela 3.

Tabela 3 - Taxa de crescimento das matrículas em ensino superior segundo dependência administrativa, 1980-1994.

Matrícula	1980		1985		1990		1994	
	Número	1975-1980 crescimento %	Número	1980-1985 crescimento %	Número	1985-1990 crescimento %	Número	1990-1994 crescimento %
Públicas	492.256	165,0	556.680	13,1	578.625	3,9	690.450	9,3
Privadas	885.054	194,0	810.929	- 8,4	961.455	18,6	970.584	0,95
Total	**1.377.286**	**183,0**	**1.367.609**	**- 0,7**	**1.540.080**	**12,7**	**1.661.034**	**7,9**

Fonte: Elaborada a partir de dados da *Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil,* Ministério da Educação e do Desporto, 1994a.

A distribuição regional das matrículas do setor privado

Considerando-se os dados relativos à participação percentual das matrículas privadas no total de matrículas de ensino superior nas regiões do País, no período entre 1980 e 1994, constatam-se, conforme a Tabela 4, dois movimentos inversos: de aumento, no Norte e Centro-Oeste, e de diminuição, no Sul, Sudeste e Nordeste. Com efeito, as regiões Norte e Centro-Oeste foram as que apresentaram as maiores taxas de crescimento percentual das matrículas totais de ensino superior no período entre 1990 e 1994. Já na região Sudeste, verifica-se não somente uma diminuição da participação percentual das matrículas privadas, mas também uma redução no número total de matrículas de ensino superior no período entre 1985 e 1990. A recuperação que ocorreu, nesta região, entre 1990 e 1994, no conjunto das matrículas do sistema não se fez acompanhar pelo aumento da participação relativa das matrículas do setor privado. No Sul, nota-se também um movimento de declínio na participação das matrículas do setor privado no total das matrículas da região.

Tabela 4 - Percentual das matrículas do setor privado em relação ao total de matrículas de ensino superior, segundo a região geográfica no período 1980-1994.

Região geográfica	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
Ano	**Total**	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
1980	29.456	18,1	218.601	34,6	832.456	75,6	229.756	58,5	67.017	52,3
1985	35.107	23,5	226.059	33,2	962.905	56,1	270.573	53,6	72.938	49,2
1990	44.306	27,8	247.064	33,3	869.560	75,8	286.080	53,1	92.800	60,6
1994	64.254	23,6	264.396	30,0	916.131	72,7	304.852	48,2	111.401	56,6

Fonte: Elaborada a partir de dados da *Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994a.

Outra tendência que tem acompanhado a desconcentração regional das matrículas do setor privado é a sua interiorização. Apesar de os dados não discriminarem as matrículas do setor público das matrículas do setor privado, dado o peso que estas últimas têm no sistema em seu conjunto, é possível inferir que a iniciativa privada tem liderado, junto com o segmento das novas universidades estaduais, esse movimento de interiorização das matrículas de ensino superior nas regiões onde, até os anos 90, inexistia oferta de ensino superior privado, como, notadamente, são os casos das regiões Norte e Centro-Oeste. Nessas regiões, o crescimento percentual das matrículas de ensino superior no interior foram, conforme a Tabela 5, respectivamente de 90,3% e 50,6%. Também nas demais regiões as taxas de crescimento das matrículas no interior foram superiores às verificadas nas capitais dos estados.

Tabela 5 - Número, participação relativa e crescimento percentual das matrículas de ensino superior, segundo a região e localização geográfica no período 1990-1994.

Região e Localização geográfica	1990		1994		Crescimento Percentual 1990/1994
	Total	%	Total	%	
Brasil	1.540.080	100,0	1661034	100,0	7,9
Capital	776.145	50,4	826.386	49,8	6,5
Interior	763.935	49,6	834.648	50,2	9,3
Norte	44.388	100,0	64.254	100,0	44,8
Capital	40.332	90,9	52. 478	81,7	30,1
Interior	4.056	9,1	11.776	8,3	90,3
Nordeste	247.198	100,0	264.398	100,0	7,0
Capital	168.639	68,2	180.222	68,2	6,9
Interior	78.559	31,8	84.174	31,8	7,1
Sudeste	869.478	100,0	916.131	100,0	5,4
Capital	402.596	46,3	415.690	45,4	3,3
Interior	466.882	53,7	500.441	54,6	7,2
Sul	286.350	100,0	304.852	100,0	6,5
Capital	94.048	32,8	99.924	32,8	6,2
Interior	192.302	76,2	204.928	67,2	6,6
Centro-Oeste	92.666	100,0	111.401	100,0	20,2
Capital	70.530	76,1	78.072	70,1	10,7
Interior	22.136	23,9	33.329	29,9	50,6

Fonte: Tabela reproduzida de **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação**, Ministério da Educação e do Desporto, 1994b.

3. A questão da demanda para o setor privado

A diminuição da demanda por ensino superior é a força motriz das tendências de mudanças estruturais na configuração do setor privado desde meados dos anos 80. Suas manifestações imediatas são, conforme se destacou, a redução da participação relativa das matrículas do setor privado no sistema e a desaceleração de seu ritmo de crescimento.

O setor privado de ensino superior, sobretudo o seu segmento não- confessional, que é voltado ao atendimento de massa, é financiado, fundamentalmente, com recursos privados. Como qualquer outro setor empresarial, o empreendimento tem um custo de manutenção e de investimento e visa à obtenção de lucro para os seu(s) proprietário(s). A prestação desse serviço específico, que é ensino superior, se faz mediante a cobrança de taxas de matrículas e de anuidades do estudante.

Uma vez que o setor privado, ao contrário do público, cobra pelo ensino oferecido, ele também fica mais sujeito à variação das poupanças familiares que, por sua vez, oscilam em função de movimentos mais gerais da economia, sobretudo da inflação e do desemprego.

A lógica que orienta a criação de uma instituição pública ou de um novo curso em um estabelecimento já autorizado difere da lógica do setor privado de atendimento da demanda de massa. Em geral, no setor público, critérios de "necessidades sociais", sejam reais ou justificadores de disputas políticas regionais, são acionados para ampliar o leque de cursos ou para criar novos estabelecimentos. No caso das universidades públicas, muitas vezes, seus próprios órgãos dirigentes opõem-se à ampliação de vagas e/ou ao oferecimento de cursos no turno noturno, inclusive.

Já no setor privado, é a existência de um mercado de ensino superior que preside a abertura de novos estabelecimentos e/ou de novos cursos. Atrair maior número de alunos significa manter o empreendimento e, fundamentalmente, aumentar o lucro dos proprietários dos estabelecimentos privados.

Esse cenário de competitividade foi inaugurado em meados dos anos 80 e jamais havia se apresentado de forma tão intensa para o setor privado de ensino superior no País. É nesse contexto que ocorrem as mudanças estruturais do setor privado, algumas das quais já tratadas anteriormente: redução no número de estabelecimentos simultaneamente ao aumento do número de universidades, desconcentração regional e interiorização dos estabelecimentos, ampliação do número de cursos oferecidos pelo setor privado e fragmentação das carreiras oferecidas nos estabelecimentos particulares. Essas mudanças, diferentemente da redução do número de matrículas, decorrem da própria ação do setor privado que organiza a crise da demanda por ensino superior. São mudanças de intervenção da iniciativa privada numa situação de declínio de sua clientela; traduzem, portanto, estratégias do setor privado em se amoldar ao mercado de ensino superior.

O declínio da demanda

No Brasil, em 1996, o índice de jovens entre 18 a 25 anos matriculados no ensino superior era de 11,8% (Garcia, C.,1997). Embora o sistema de ensino superior brasileiro seja o de maior dimensão na América Latina, a taxa de escolarização superior no País da coorte de

18 a 25 anos é muito inferior às de países como Argentina (38,9%), Colômbia (29,9%), Chile (26,6%) ou México (13,8%) (Garcia, C.,1997).

A situação soa paradoxal: a diminuição da demanda de ensino superior ocorre em um país onde a coorte de 18-25 anos matriculada no ensino superior é a menor do continente. O problema, certamente, não está na incapacidade do sistema de ensino superior em suprir a demanda, tampouco na inadequação da universidade brasileira ante as transformações da sociedade, conforme o entendimento de alguns dirigentes dessas instituições[14].

A estabilidade no número das matrículas de ensino superior, resultado da redução da demanda, deve-se, sobretudo, ao desempenho dos níveis educacionais que antecedem o ensino superior no País.

O sistema de ensino superior chegou nos anos 90 com a capacidade de atender praticamente todos os egressos do 2º Grau do País. Isso significa que a reduzida taxa de escolarização superior da coorte de 18-25 não traduz um problema de exclusão do sistema. Em outras palavras, o problema não reside na falta de vagas no sistema de ensino superior, mas no número reduzido de candidatos para essas vagas (Durham, 1993).

Dados sobre matrícula inicial na 1ª série do 2º Grau e concluintes desse nível educacional mostram que a ampliação da matrícula, que começou a passar à casa de 1 milhão a partir da coorte de 1976-1979, não implicou no aumento de concluintes do ensino secundário. Isso ocorreu porque o aumento da matrícula inicial foi acompanhado de uma redução na taxa de conclusão em todas as coortes que se seguiram à de 1976- 1979. A coorte

[14] Uma matéria publicada no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 17/2/1991), intitulada "Universidade vazia reflete o descompasso com o mercado", chamava a atenção para esse fenômeno, designado pela imprensa, naquela ocasião, por "crise" do ensino superior no Brasil. Segundo dados fornecidos nessa reportagem, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) havia perdido 10 mil alunos na graduação entre 1985 e 1990. A Universidade de Brasília (UnB) também constatava uma queda no número de alunos matriculados - de 9.270, em 1985, diminuíra para 8.154, em 1989. No primeiro semestre de 1990, a Universidade de São Paulo (USP) contava com 33.601 alunos matriculados, 1,2 mil a menos do que em 1985. Mesmo as universidades que aumentaram o número de alunos, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), não registraram índices significativos de crescimento: foram necessários 10 anos para que o número de matrículas da Unicamp aumentasse de 6 mil para 7,7 mil. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC-RJ), incluída nesse rol de universidades de prestígio no país, também não vivia seus melhores dias: entre 1985 e 1990, o número de alunos matriculados nessa instituição diminuíra de 14.236 para 13.642. De acordo com alguns dirigentes de instituições de prestígio do País, ouvidos nessa reportagem, a diminuição da taxa de matrículas, constatada nas universidades, devia-se à própria incapacidade dessas instituições em atenderem às novas exigências do mercado de trabalho e dos alunos. Além disso, segundo eles, não havia garantia de bons salários nas profissões de nível universitário, enquanto existia a possibilidade de obtenção na mesma faixa salarial em algumas profissões de nível técnico. Nesse contexto, entendiam que somente uma nova reforma da universidade, visando adequá-la às exigências da sociedade contemporânea, poderia torná-la mais atrativa aos olhos de sua clientela potencial, contribuindo, desse modo, para superar a estagnação do sistema de ensino superior brasileiro.

de 1982/1985 apresentou a menor taxa de conclusão de toda a década de 1980: 45,2%. Em termos absolutos, isso equivale a 557.727 concluintes, contingente igual ao da coorte de 1977/1980. Em 1986, a taxa de evasão dos alunos matriculados no 2º Grau atingiu 21% .

O que se passa no nível de ensino que antecede o superior tem um efeito imediato sobre o comportamento do sastema em seu conjunto. A relação entre concluintes do ensino médio e vagas no sistema ensino superior, de acordo com a Tabela 6, mostra por que a "crise" da demanda por ensino superior e, em especial, a redução no número absoluto e na participação relativa das matrículas do setor privado no sistema se agudizaram no período 1985-1990.

Tabela 6 – Egressos do 2º Grau, vagas no sistema de ensino superior e relação concluinte/vaga no período 1980-1993.

Ano	Total de vagas no ensino superior	Concluinte do ensino médio no ano anterior	Relação concluinte/vaga
1980	404.814	541.350	1,3
1985	430.428	557.727	1,3
1990	502.784	658.725	1,3
1993	548.678	851.428	1,6

Fonte: Elaborada a partir de dados da *Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994b.

Conclui-se, portanto, que além de uma eventual inadequação da universidade ante as novas exigências do mercado de trabalho e as expectativas da clientela em potencial, a redução no ritmo de crescimento das matrículas de ensino superior, que se verifica a partir de 1985 e se prolonga até meados dos anos 90, foi resultado da retenção que ocorreu no nível educacional anterior.

Ainda que os concluintes do 2º Grau do ano que antecede o ingresso no ensino superior não constituam a totalidade da clientela desse nível de ensino, esse contingente sinaliza os grandes movimentos de expansão e retração das matrículas de ensino superior. O aumento no percentual de vagas não preenchidas no sistema de ensino superior é indicativo de que esse sistema de ensino superior cresceu mais do que a demanda poderia alimentar, conforme pode-se observar na Tabela 7.

Tabela 7 – Vagas oferecidas e vagas não-preenchidas no sistema de ensino superior no período 1980-1994.

Ano	Vagas oferecidas	Vagas preenchidas	% vagas não-preenchidas
1980	404.814	356.667	11,9
1986	442.314	378.828	14,4
1990	502.784	407.148	19,0
1994	574.135	463.240	19,3

Fonte: Elaborada a partir de dados da *Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994b.

Embora os dados das Tabelas 6 e 7 não estejam discriminados por setor público e setor privado, é possível inferir que as oscilações da demanda por ensino superior tendem a recair, de maneira mais intensa, sobre este último. Dados relativos a vagas oferecidas e crescimento da matrícula no setor privado indicam essa tendência.

No período entre 1985 e 1994, o número de vagas oferecidas pelo setor privado passou de 289.208 para 396.682, indicando uma taxa de crescimento de 37,2%; também nesse período, verifica-se um aumento da participação relativa das vagas do setor privado no total de vagas de ensino superior: de 64%, em 1985, para 69%, em 1994.

As malhas universitárias paulistas, onde predomina a oferta de vagas nos estabelecimentos privados, ilustram esse quadro geral. No final da década de 1980, as malhas começaram a enfrentar o problema do excesso de vagas. Em um intervalo de três anos (de 1988 a 1991), o sistema paulista ampliou em 11,2% o número de vagas de ensino superior. Nesse mesmo período, houve um aumento no número de vagas ociosas em todas as regiões do Estado. Em 1991, ocorreu quase um empate entre o número de vagas de ensino superior - 193.491 - e o número de concluintes do 2º Grau. Teoricamente, se todos os egressos do ensino médio, nesse ano, ingressassem no sistema de ensino superior paulista, eles não chegariam a preencher a totalidade das vagas oferecidas.

O excesso de vagas de ensino superior, todavia, é um fenômeno circunscrito ao Estado de São Paulo e a alguns poucos estados das regiões Sul e Sudeste. O que se verifica na Tabela 8 é que nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo, existe uma clientela potencial para o ensino superior. Da perspectiva da relação oferta e demanda de ensino superior, estas regiões, atualmente, apresentam as condições mais favoráveis à expansão do setor privado. Esse quadro responde por que a desconcentração regional, sobretudo a partir de 1990, tornou-se

uma das estratégias do setor privado de ensino superior no País para fazer frente à redução de suas matrículas.

Tabela 8 - Egressos do 2º Grau, vagas totais no sistema de ensino superior, relação egressos do 2º Grau e vagas no segmento público federal, por região geográfica – 1994.

Região geográfica	**Relação concluintes do 2º Grau e vagas totais no ensino superior**	**Relação egressos/vagas nas instituições públicas federais**
Sudeste	0,9	17,2
Sul	1,0	8,0
Nordeste	2,5	7,2
Centro- Oeste	1,3	6,0
Norte	2,5	4,5

Fonte: Elaborada a partir de dados da *Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994b.

Conforme indica a Tabela 8, existe uma correlação quase perfeita entre as regiões Sul e Sudeste e o número de vagas oferecidas no ensino superior em relação ao número de egressos do ensino médio. Com efeito, essas regiões lideram em termos de número de vagas de ensino superior. Entretanto, a correlação praticamente se inverte quando se tomam os dados relativos aos egressos do 2º Grau e as vagas oferecidas no segmento público federal. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde a participação relativa dos estabelecimentos particulares de ensino superior é pouco expressiva, a oferta relativa de vagas no segmento público federal é maior, o que contribui para que as disparidades regionais provocadas pelo mercado sejam, em alguma medida, atenuadas pelo atendimento público nesse nível de ensino.

O setor privado e a organização da demanda

A desconcentração regional e a interiorização dos estabelecimentos particulares de ensino superior expressam, no limite, uma leitura e organização, realizada pelo setor privado, da demanda por ensino superior no País. É a partir dessa organização que são elaboradas as estratégias dos estabelecimentos particulares para reverter os efeitos do declínio da demanda por ensino superior a qual se manifesta na diminuição, absoluta e relativa, no número de suas matrículas.

Se a demanda foi o principal motor da expansão do setor privado, que se deu de forma concentrada nas regiões Sudeste e Sul, nos últimos anos, o mercado de ensino superior, nessas regiões, apresenta-se muito competitivo para a iniciativa privada. Nas outras regiões, entretanto, as perspectivas são mais promissoras, no sentido de uma ampliação da clientela potencial de ensino superior.

São os casos, conforme visto, da região Norte, especialmente do Estado do Amazonas, da região Nordeste, notadamente os Estados do Ceará e da Bahia, da região Sudeste, o caso do Estado de Espírito Santo. Nesses estados, verifica-se que a demanda por ensino superior é, no mínimo, duas vezes maior que a oferta de vagas nesse nível de ensino. A Tabela 9 mostra que são estados, também, onde as matrículas no ensino superior na faixa etária de 19-24 anos é menor que 5% por mil habitantes.

Os dados apresentados na Tabela 9 ajudam a compreender o aparente paradoxo da dinâmica de crescimento do ensino superior privado em uma situação de redução da participação relativa de suas matrículas no conjunto do sistema e de diminuição no número absoluto de seus estabelecimentos. Na realidade, é essa conjuntura desfavorável que leva à adoção de novas estratégias de crescimento, com a finalidade de explorar novos mercados de ensino superior. Entre essas estratégias, duas se destacam: a instalação de estabelecimentos particulares em localidades ainda pouco exploradas pela iniciativa privada de ensino superior e a criação de novos cursos em estabelecimentos consolidados porém inscritos em regiões mais saturadas em termos de oferta privada de ensino superior.

Tabela 9 - Indicadores educacionais selecionados – 1993.

Região Geográfica	Matrículas de ensino superior (a)	Matrícula de 2º Grau (b)	Número de vagas nos vestibulares (c)	Número de concluintes do 2º. Grau (d)	Número de inscrições nos vestibulares (e)
Brasil	93,8	269,8	42,3	1,2	3,8
Norte	41,0	180,6	12,3	7,2	7,2
Amazonas	36,9	192,9	11,7	3,1	9,4
Pará	51,0	192,3	13,4	2,5	6,5
Nordeste	48,4	198,4	16,2	2,5	4,9
Ceará	49,4	182,7	17,4	2,4	4,5
Paraíba	79,7	192,6	25,8	1,5	4,2
Pernambuco	88,6	255,4	31,7	1,5	4,4
Bahia	31,6	172,9	10,3	3,5	6,3
Sudeste	132,5	341,9	67,2	0,9	3,5
Minas Gerais	76,9	234,8	35,7	1,4	4,0
Espírito Santo	59,1	294,7	27,4	2,3	4,9
Rio de Janeiro	159,6	386,1	73,9	1,0	3,0
São Paulo	160,1	388,1	86,3	0,8	3,5
Sul	110,1	268,9	48,3	1,0	3,5
Paraná	90,6	247,4	40,5	1,0	3,9
Santa Catarina	86,2	295,1	40,5	1,4	3,9
Rio G. do Sul	144,8	317,0	68,3	0,9	2,8
Centro-Oeste	84,4	263,4	35,7	1,3	4,8
Mato G. do Sul	73,4	266,9	38,8	1,2	2,9
Goiás	57,8	224,6	24,8	1,1	4,2
Distrito Federal	208,7	451,1	74,2	1,3	7,6

Fonte: Elaborada a partir de dados fornecidos pela Coordenação do Sistema Estatístico da Educação, Ministério da Educação e do Desporto, 1990.

(a) Matrículas de ensino superior por 1.000 habitantes na faixa de 19-24 anos;
(b) Matrículas no 2º Grau por 1.000 habitantes na faixa de 15-18 anos;
(c) Número de vagas nos vestibulares por 1.000 habitantes na faixa de 19-24 anos;
(d) Número de concluintes no 2º Grau por vaga disponível no ensino superior;
(e) Número de inscrições nos vestibulares por vaga oferecida.

Os Cursos

De acordo com os dados agregados para o sistema de ensino superior, no período entre 1984 e 1994, o setor privado passou a oferecer mais 1.012 cursos. Com isso, este setor passou a responder por cerca de 60% dos cursos de ensino superior oferecidos no País.

Quadro 4 - Cursos oferecidos pelo setor privado em relação ao total de cursos de ensino superior - 1984-1994.

Ano	Total	Setor privado
1984	3.806	2.069
1990	4.712	2.711
1994	5.562	3.150

Fonte: Elaborado a partir de dados da *Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil*, Ministério da Educação e do Desporto, 1994a.

Desagregando esses dados por região e segundo intervalos menores de tempo, e considerando somente as instituições de ensino superior filiadas à ABMES, entre 1985 e 1996, entraram no mercado de oferta do ensino superior mais 894 cursos, sendo que cerca da metade foi criada a partir de 1993. De acordo com os dados do Quadro 5, a média de cursos criados no período entre 1985 e 1989 foi de 54,4 cursos/ano; entre 1990 e 1996, a média cursos/ano foi de mais de 100.

A entrada desses 894 novos cursos no período entre 1985 e 1996 deu-se mediante duas vias: através da criação de estabelecimentos particulares e da ampliação dos estabelecimentos já existentes. Somando essas duas possibilidades, por trás desses novos cursos estão 226 estabelecimentos de ensino superior, distribuídos desigualmente entre as cinco regiões do País, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Número de cursos criados em estabelecimentos privados por região geográfica –

Região geográfica	1985-1986	1987-1989	1990-1992	1993-1994	1995-1996	Total
Norte	6	9	7	-	7	29
Nordeste	3	7	19	18	26	73
Sudeste	54	104	93	127	114	492
Sul	13	37	68	42	34	194
Centro-Oeste	9	29	19	23	24	104
Total	**85**	**186**	**206**	**210**	**205**	**894**

Fonte: Elaborado a partir de dados do *Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES*, Brasília, 1997.

No Quadro 5, constata-se para a região Nordeste um aumento significativo no número de cursos criados a partir de 1990. No Centro-Oeste, o surgimento de um número maior de

cursos ocorreu a partir de 1992. As regiões Sul e Norte não apresentaram, no período, grandes oscilações.

Mesmo constituindo um mercado saturado de vagas de ensino superior, foi na região Sudeste que essa ampliação do número de cursos ocorreu de forma mais intensa, representando 55,3% do total de cursos criados no período 1985-1996. Somente no Estado de São Paulo foram criados 326 novos cursos, o que representa 36,5% do total de cursos criados pelo setor privado nesse período em todo o País. Com efeito, neste Estado, verifica-se de forma mais acentuada o crescimento do setor privado pela via da ampliação do número de cursos. A partir de 1993, partindo de uma relação concluintes de 2º Grau e vagas oferecidas de menos de um egresso por vaga (conforme a Tabela 9), os estabelecimentos particulares paulistas introduziram, no mercado de ensino superior, mais 175 cursos, sendo 117 no interior e 58 na capital, conforme Quadro 6. Isso significa, no mínimo, mais de duas mil novas vagas. Essa ampliação da oferta de cursos foi uma das estratégias adotadas pelo setor privado neste Estado para enfrentar o excesso de vagas no mercado e o acirramento da competição entre os estabelecimentos, *vis-à-vis* à demanda por ensino superior.

O exame dos cursos oferecidos pelos estabelecimentos privados de ensino superior no interior e na capital do Estado de São Paulo expressa o grau de desconcentração geográfica do ensino superior alcançado pelas malhas universitárias paulistas. Os cinco cursos mais oferecidos pelo setor privado, tanto no interior do Estado como na capital, são praticamente os mesmos: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Pedagogia, Letras e Matemática, sendo que os dois primeiros são exclusivos do setor privado do interior. A partir do quinto lugar na ordem de colocação dos cursos, surgem diferenças entre o interior e a capital. No interior, os cursos mais oferecidos pelos estabelecimentos particulares são voltados para a formação de professor - Estudos Sociais, Educação Física, História e Geografia - e o curso de Direito sobre o qual o setor privado mantém quase exclusividade no interior[15]. Na capital, constam carreiras mais recentes, sobretudo nas áreas gerenciais. Os cursos de Filosofia e de Ciências Sociais, por sua vez, são mais freqüentes na capital; no interior, predominam os de

[15] O setor público oferece apenas um curso de Direito no interior, o da Unesp, em Franca.

Estudos Sociais, História e Geografia. Essas diferenças são indicativas da segmentação da demanda do próprio setor privado[16].

Quadro 6 - Número de cursos criados, segundo localização geográfica e período - Estado de São Paulo - 1985-1996.

Localização	1985-1986	1987-1989	1990-1992	1993-1994	1995-1996	Total
Capital	16	15	39	32	26	128
Interior*	19	43	19	69	48	198
Total	**35**	**58**	**58**	**101**	**74**	**326**

Fonte: Elaborado a partir de dados do **Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Filiadas à ABMES**, Brasília, 1997.

*Somam 31 cidades no interior. Destas algumas são núcleos das malhas universitárias: Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Marília, São José dos Campos, Bauru, Sorocaba, Santos, Araçatuba e Registro. A outra parte gravita em torno desses núcleos: Valinhos, Leme, Dracena, Itu, Itapeva, Andradina, Bebedouro, Votuporanga, Botucatu, Caraguatatuba, Lins, Jundiaí, Birigui, Jacareí e Piracicaba. Outras cidades fazem parte da malha que se tece em torno da capital do Estado: Santo André, Guarulhos, Osasco, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Os cursos criados no período 1985-1996 são de dois tipos: **curso fundante** e **curso de ampliação**. Os **cursos fundantes** vinculam-se à implantação de um novo estabelecimento de ensino superior. Em geral, fazem parte de uma estratégia de expansão do setor privado, via desconcentração regional e/ou interiorização dos estabelecimentos de ensino superior. É o caso das 117 instituições de ensino superior no País que, no período 1985-1996, estavam sendo criadas, oferecendo um ou mais cursos superiores. Os **cursos de ampliação**, como o nome diz, são estratégias institucionais dos estabelecimentos particulares, já consolidados, no sentido de expandir sua oferta de ensino superior no mercado. Cursos de ampliação, em regra, são criados com o objetivo de diversificar a oferta de ensino superior. Surgem, fundamentalmente, em situações de mercado mais competitivas, onde a relação oferta/demanda por ensino superior tende a ser de maior equilíbrio. Nesses contextos, as instituições, mediante a ampliação diversificada da oferta de cursos, têm por objetivo atrair a clientela que, em termos quantitativos, já está, ao menos teoricamente, suficientemente atendida. Em 11 anos (1985-1996), 119 estabelecimentos particulares de ensino superior

[16] A comparação entre os cursos oferecidos, no interior, pelos estabelecimentos públicos e privados (Tabelas 4 e 5, no Anexo VIII, p.44-5) mostra o caráter complementar desses dois setores nas malhas universitárias paulistas. O setor público concentra sua oferta em cursos nas áreas tecnológicas e da saúde, com destaque para Odontologia. Os cursos voltados para a formação de professores - como Pedagogia, Letras, Matemática e Ciências Biológicas - também são bastante numerosos, mas isso decorre da própria idéia de universidade centrada em torno de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na maior parte das regiões administrativas do Estado de São Paulo, as áreas de ensino com maior número de inscrições são ciências sociais aplicadas e saúde. Na primeira destacam-se os cursos de Direito e de Administração (ambos quase exclusivos do setor privado); na segunda, de Medicina e Odontologia.

aumentaram de tamanho, ampliando o número de cursos de graduação oferecidos e diversificando-os.

Esse processo é facilitado quando o estabelecimento dispõe de autonomia administrativa e didática, ou seja, quando é universidade ou centro universitário, podendo alterar seu elenco de cursos sem depender de autorização do ministro de Estado da Educação e do Desporto e de seus órgãos assessores e deliberativos. O caráter dinâmico da relação que o setor privado estabelece com o mercado é possibilitado pelo dispositivo legal da autonomia da universidade, previsto na Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a existência desse dispositivo constitucional funciona enquanto um fator de estímulo para os estabelecimentos isolados almejarem o *status* de universidade e a autonomia que a define.

Conforme já notado, no período entre 1985 e 1996, somente os estabelecimentos privados associados à ABMES introduziram 894 novos cursos no mercado de ensino superior. Esse total corresponde a 106 diferentes carreiras de nível superior. A diversificação da oferta, entretanto, não ocorre em todas as regiões e tampouco reflete uma distribuição equilibrada entre carreira e número de cursos criados. Na região Norte, os 29 cursos criados corresponderiam a 16 carreiras; no Nordeste, os 73 novos cursos abrangeram 41 carreiras diferentes; no Sudeste, os 192 novos cursos envolveram 93 carreiras; no Sul, os 194 novos cursos corresponderam a 57 carreiras e na região Centro-Oeste, os 104 novos cursos envolveram 39 carreiras.

Considerando os dados agregados para os cursos criados no período 1985-1996, verifica-se que, em todas as regiões, eles tenderam a se concentrar em algumas poucas carreiras da área das ciências sociais aplicadas. Processamento de Dados, Ciências Contábeis, Direito e Administração estão entre os cursos mais criados em todas as regiões do País no período entre 1985 e 1996.

Esse fenômeno é conhecido. Uma das principais características dos cursos oferecidos pelo setor privado de ensino superior é a concentração deles em algumas poucas carreiras, em geral na área de ciências sociais aplicadas (Schwartzman, S., 1988). Todavia, existem outras características que nem sempre são consideradas quando os dados são trabalhados de forma agregada. Variáveis como região, localização interior/capital e natureza institucional do estabelecimento de ensino superior concorrem para dar novos matizes a essa caracterização dos cursos oferecidos pelo setor privado de ensino superior.

Considerando-se o conjunto dessas variáveis, constata-se que o aumento no número de cursos é acompanhado do aumento no número de carreiras oferecidas, apontando para uma maior diferenciação da oferta. Em geral, essas iniciativas ocorrem em mercados mais competitivos e são deflagradas por estabelecimentos já consolidados, localizados em centros urbanos maiores, onde a relação oferta/demanda tende a ser desfavorável ao setor privado.

A ampliação da oferta de cursos de ensino superior, nessas circunstâncias, como são os casos das regiões Sudeste, Sul e do Distrito Federal, e em alguns estabelecimentos do Nordeste, não é genérica, mas segue duas direções.

A primeira é que a oferta de cursos se destina a suprir uma demanda por formação de profissões liberais de prestígio nas áreas das ciências exatas e tecnológicas, como as de Engenharia, e na área da saúde, em especial Medicina e Odontologia. Essas carreiras sempre foram muito disputadas, exibindo uma elevada relação candidato-vaga nos vestibulares das instituições tanto públicas como privadas. Da perspectiva do estabelecimento de ensino superior, esses cursos exigem maior investimento, que é transferido para as mensalidades pagas pelos alunos. Assim, embora disputadas, essas carreiras, devido a seus custos elevados, dispõem de uma clientela mais restrita. No caso do curso de Medicina, em especial, acresce ainda o rigoroso controle exercido por parte do Conselho Nacional de Saúde no sentido de restringir o número de escolas e cursos de Medicina no País.

A segunda direção é a da ampliação do número de cursos mediante a fragmentação das carreiras, em geral das áreas de ciências sociais aplicadas e da saúde. O objetivo do estabelecimento é oferecer cursos que se mostrem atrativos para a clientela jovem, pois parecem acenar para ocupações de futuro no mercado de trabalho do Século XXI. Em sua maioria, são cursos da área de ciências sociais aplicadas - gerenciais e da comunicação - e da área biológica e da saúde - os paramédicos. Esses cursos são, em regra, derivações de outros já abundantemente oferecidos pelo setor privado de ensino superior. Da perspectiva do estabelecimento particular, essas carreiras cumprem uma função compensatória: não requerem um alto investimento, como laboratórios, professores em tempo integral, podendo, assim, ser oferecidas contra anuidades de menor valor e por isso mais competitivas. São, portanto, menos seletivos do ponto de vista sócio-econômico. Ao contrário das carreiras voltadas para a formação de profissões tradicionais e liberais, as carreiras derivadas não desfrutam da tradição de prestígio social, porém têm forte apelo de mercado.

A fragmentação das carreiras

Existe uma correlação quase perfeita entre as variáveis localização regional e geográfica - capital e interior, antigüidade e natureza do estabelecimento e o grau de fragmentação das carreiras de ensino superior oferecidas pelo setor privado.

Considerando-se os cursos criados pelo setor privado no período 1985-1996, é possível organizá-los em quatro conjuntos de carreiras nas quais se verifica, de forma acentuada, esse processo de ampliação do número de cursos mediante a fragmentação das carreiras de ensino superior oferecidas pelo setor privado.

O primeiro conjunto engloba as três carreiras tradicionais, voltadas para a formação de profissões liberais, de alto prestígio e custo relativamente mais elevado: Medicina, Odontologia e Engenharia e suas derivações. O segundo conjunto compreende as carreiras da área gerencial; o terceiro, as da área de comunicação e o quarto, as da área da saúde e suas derivações, conhecidas como paramédicas. Para cada um desses conjuntos de carreiras, discriminou-se o número de cursos que estão sendo oferecidos por região e localização geográficas - capital e interior.

No conjunto 1, que reúne as carreiras tradicionais, voltadas para a formação de profissões liberais, de alto prestígio e custo elevado, foram identificadas as tendências relatadas a seguir:

Os cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia, criados entre 1985 e 1996, são cursos de ampliação. Ou seja, todos os estabelecimentos que passaram a oferecer esses cursos a partir de 1985 já eram instituições reconhecidas. Todos os três cursos de Medicina criados nesse período o foram no interior: dois em Estados da região Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e um na região Sul, no Rio Grande do Sul. No caso de Odontologia, dos 10 cursos, seis foram criados no interior, distribuídos nas seguintes regiões: Sudeste (cinco, sendo quatro no interior); Sul (três, sendo dois no interior) e Centro-Oeste (dois na capital). Quanto aos de Engenharia, no período entre 1985 e 1996, foram criados 46 cursos nessa área, sendo 28 no interior dos estados. A distribuição regional desses cursos reproduz a distribuição desigual da oferta de ensino superior no País: 25 na região Sudeste, sendo 13 no interior dos estados; 14 cursos na região Sul, sendo todos no interior; quatro na região Centro-Oeste e dois no Nordeste; em ambas as regiões todos os cursos foram criados na capital dos estados.

A carreira de Engenharia é um caso exemplar da ampliação do número de cursos mediante a sua fragmentação. Desdobra-se em 21 carreiras diferentes[17]. A fragmentação é acentuada no Sudeste, igualmente no interior e na capital (dez diferentes carreiras na área de Engenharia) e , ainda, mais intensa na região Sul. Essa situação contrasta com o que ocorre nas regiões Norte e Nordeste, onde os cursos de Engenharia concentram-se em apenas quatro habilitações: Civil e Elétrica (Nordeste e Centro-Oeste) mais Engenharia da Computação e de Agrimensura (Centro-Oeste). Destacam-se, na Região Sul, os cursos de Engenharia Agronômica e Agrícola, Ambiental, Florestal, Têxtil e de Plásticos.

O conjunto 2, referente às carreiras gerenciais, tem como matriz o curso de Administração e engloba 16 carreiras, dentre as quais destacam-se Administração de Comércio Exterior, Turismo e Administração em Análise de Sistemas[18]. Diferentemente do conjunto 1, cujos cursos fazem parte de estratégias de ampliação dos estabelecimentos, os cursos do conjunto 2 são tanto cursos fundantes como cursos de ampliação de estabelecimentos de ensino superior. Também, diferentemente da tendência à interiorização dos cursos do primeiro conjunto, as carreiras gerenciais tendem a ser criadas nas capitais dos estados. A exceção está na região Sul, onde dos 22 cursos gerenciais criados, 18 o foram por estabelecimentos localizados no interior dos estados. Isso, com certeza, prende-se à presença da rede de universidades privadas comunitárias no interior do Estado do Rio Grande do Sul. No Sudeste, existe uma distribuição equilibrada entre as capitais e o interior do Estado, com vantagens para a primeira.

O conjunto 3 refere-se às carreiras da área de comunicação. No período considerado,

---

[17] Trata-se de cursos de Engenharia de Alimentos (2); Agronômica/Agrícola (3); Ambiental (1); Civil (7); da Computação (2); Elétrica (9); Têxtil (1); Produção Mecânica (2); Florestal (1); Química (4); Agrimensura (1); Mecânica (2); Civil Sanitária (1); Controle e Automação (1); Plásticos (1); Produção (2); Materiais (1); Telecomunicações (1); Eletrônica (2); Industrial Elétrica (1).

[18] São cursos em Administração de Empresas (35); Administração Analista de Sistemas (5); Administração em Informática (1); Administração em Recursos Humanos (4); Tecnologia em Administração Rural (1); Administração Rural (2), Administração Hospitalar (3), Administração de Comércio Exterior (11); Administração Mercadológica (1); Administração de Marketing (3), Administração de Sistema de Informação (3); Gestão de Negócios Internacionais (1); Administração de Negócios (2); Administração de Finanças e Orçamento (1); Turismo (11); Formação de Executivos (1).

foram criados 52 cursos nessa área, entre fundantes e de ampliação, envolvendo oito carreiras[19]. Desses 52 cursos, 30 são oferecidos na região Sudeste, nove no Sul, cinco nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste e três na região Norte. Nas regiões Sudeste e Sul, essas novas carreiras tenderam a ser criadas no interior; nas demais regiões, esses cursos são oferecidos por estabelecimentos localizados nas capitais; em alguns casos, trata-se de cursos fundantes de novos estabelecimentos. As carreiras que compõem o grupo são, em sua maioria, desdobramentos temáticos da carreira de Comunicação Social. A fragmentação que ocorre nessa área, na realidade, corresponde a um processo de autonomização das habilitações oferecidas no âmbito do curso de Comunicação Social.

O quarto conjunto de carreiras diz respeito à área das ciências da saúde e afins. No período considerado, foram criados 73 cursos nessa área, distribuídos, desigualmente, em nove carreiras diferentes[20]. Esses cursos foram criados tanto por estabelecimentos novos como em ampliação e tendem a se concentrar nas regiões Sudeste (46) e Sul (18). A carreira de Fisioterapia apareceu em quase todas as regiões, com exceção do Norte; a de Psicologia (14), nas regiões Sudeste (10), Sul (3) e Centro-Oeste (1). No conjunto desses cursos constata-se, ainda, a tendência à interiorização de algumas carreiras, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. Só no interior dos estados da região Sudeste foram criados, no período considerado, 10 cursos de Fisioterapia, quatro de Fonoaudiologia e três de Nutrição. Destaca-se ainda, na região Sudeste, a criação de carreiras como Psicomotricidade, Terapia Ocupacional e Musicoterapia também no interior. Na região Sul, dos 16 cursos criados, 14 são oferecidos no interior e englobam carreiras como Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Educação Física, Nutrição, Psicologia entre outras. Verifica-se, também, nesse conjunto de carreiras que cursos de Enfermagem tendem a ser criados no interior, do Nordeste inclusive. Já dos sete cursos de Educação Física criados na região Sudeste, cinco estão localizados nas capitais, destacando-se a cidade do Rio de Janeiro.

[19] São as seguintes carreiras: Comunicação Social (15); Comunicação Social Publicidade e Propaganda (13); Comunicação Social Jornalismo (9); Comunicação Social Relações Públicas (5); Comunicação Social Comércio Exterior (1); Comunicação Social Rádio e TV (2); Propaganda e Marketing (4); Educação Artística Computação Gráfica (3).

[20] Trata-se das seguintes carreiras: Nutrição (7); Enfermagem (11); Fonoaudiologia (9); Fisioterapia (19); Musicoterapia (1); Psicomotricidade (1); Psicologia (14); Terapia Ocupacional (2) e Educação Física (13).

Recapitulando

A partir de meados dos anos 80, delineou-se uma situação até então inédita para o sistema de ensino superior no País desde o período de sua grande expansão. Entre 1986 e 1993, o sistema manteve estável o número de matrículas em torno de 1,5 milhão. Desde essa época, movimentos estruturais importantes começaram a ser desencadeados no setor privado de ensino superior. As mudanças, em razão da própria dimensão desse setor, atingiram, e ainda continuam afetando, a própria configuração do sistema de ensino superior em seu conjunto. As principais são:

* estabilidade seguida de declínio da participação relativa das matrículas privadas no sistema de ensino superior; isso significa que a composição das matrículas dos setores públicos e privados tendeu a um maior equilíbrio no sistema;

* diminuição do número de estabelecimentos isolados, simultaneamente ao aumento de universidades particulares; o aumento do número de universidades particulares também contribuiu para alterar a proporção entre os setores das universidades e dos estabelecimentos não-universitários, os quais organizam o sistema de ensino superior;

* desconcentração regional e tendência à interiorização dos estabelecimentos particulares e de suas matrículas; a desconcentração geográfica do setor privado instaura uma nova dinâmica de expansão da iniciativa privada até há pouco restrita aos estados, muitas vezes, às suas capitais, das regiões Sul e Sudeste;

* crescimento acelerado do número de cursos e ampliação do leque de carreiras oferecidas pelo setor privado. O crescimento, com efeito, altera a proporção dos cursos do setor privado no sistema, ainda mais quando esse aumento não se verifica com a mesma intensidade nos cursos oferecidos pelo setor público. A diversificação do escopo de carreiras, sobretudo nas áreas de saúde e de Engenharia, por sua vez, tem contribuído para atenuar a concentração dos cursos do setor privado na área de ciências sociais aplicadas, concentração essa característica do padrão de desenvolvimento do ensino superior privado no País.

Essas mudanças têm, contudo, naturezas distintas. A primeira - a redução do número de matrículas do setor privado e de sua participação relativa no sistema - é um efeito imediato da diminuição da demanda global por ensino superior no País. As demais mudanças resultam de reações do setor privado de ensino superior a esse efeito da redução dessa demanda global. Em outras palavras, essas mudanças fazem parte da dinâmica que o setor privado de ensino

superior estabelece com o mercado e são, em grande medida, sinalizadas por ele. Diferentemente da diminuição do número absoluto e da participação relativa das matrículas privadas no sistema, que traduz, no limite, um declínio da demanda de ensino superior, os demais movimentos são organizados pelo próprio setor privado; apresentam, assim, uma intencionalidade e por isso constituem estratégias de adaptação empreendidas por esse setor para enfrentar e superar a redução no número de suas matrículas.

Assim, em um período de diminuição do número de estabelecimentos de ensino superior particulares e de retração da participação relativa de suas matrículas privadas, verifica-se grande dinamismo por parte da iniciativa privada. Uma de suas estratégias, conforme vimos, é a desconcentração regional, mediante a criação de novos estabelecimentos nas regiões tradicionalmente menos atendidas pelo setor privado e onde a relação egressos do 2º Grau e vagas no sistema é maior que duas para uma.

Outra estratégia é a ampliação do escopo de cursos, sobretudo em mercados mais saturados, como os do Sudeste e do Sul, onde, inversamente às regiões Norte e Nordeste, a oferta de vagas no sistema é maior que o número de concluintes do 2º Grau. Essa tendência parece estar relacionada à percepção de que estabelecimentos maiores com uma oferta maior e mais diversificada de cursos teriam vantagens competitivas para atrair mais alunos e compensar a oscilação da demanda por cursos que, em algumas épocas, tendem a se tornar menos atraentes. No âmbito dessa estratégia de aumento da oferta de cursos, e como resultado dela, desenvolve-se o processo de fragmentação das carreiras de ensino superior. Esse fenômeno ocorre, com maior freqüência e mais intensidade, nas regiões Sudeste e Sul, onde os mercados tendem a ser mais competitivos em razão do equilíbrio entre o número de vagas oferecidas pelo conjunto do sistema e a demanda por ensino superior. Nesses contextos, a ampliação do número de cursos oferecidos pelos estabelecimentos particulares tende a ser realizada por meio da fragmentação de cursos nas áreas de ciências sociais aplicadas e da saúde. Os cursos de Comunicação Social e de Administração são típicos desse processo. Em ambos, o que era antes oferecido como habilitação transforma-se em carreira independente, com vestibulares e currículos próprios[21]. Comunicação Social e Administração fragmentam-se, assim, em um grande número de carreiras de nível superior. No caso das carreiras da área da saúde, a estratégia não é fragmentar carreiras já existentes, mas criar outras novas carreiras

---

[21] Essa questão pode ser aprofundada mediante um exame comparativo dos *curricula* dessas carreiras derivadas. Essa investigação não foi realizada por entender que fugiria aos objetivos delimitados no âmbito deste estudo.

- Musicoterapia, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade - que se propõem como substitutivas de cursos voltados para a formação de profissões tradicionais, de caráter liberal e de grande prestígio social, como Odontologia, Medicina e Psicologia.

Além de constituir uma estratégia de mercado, segundo a qual o aumento da cesta de ofertas pretende resultar na ampliação do número de consumidores, a criação de cursos na área da saúde e afins prende-se, ainda, à exigência legal da universalidade de campo que definia, até a LDB de 1996, o estabelecimento universitário. Ao introduzir uma carreira derivada da área das ciências biológicas e/ou da saúde, que não está sujeita ao controle de associações profissionais ou de órgãos externos ao sistema de ensino superior (como ocorre, de forma rigorosa, com os cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia), o estabelecimento particular abria também caminho, mediante o oferecimento de cursos nas três áreas do conhecimento, em direção à sua transformação em universidade.

4. Considerações finais

A fragmentação das carreiras, conforme vimos, faz parte de uma estratégia da iniciativa privada visando a colocar novas ofertas no mercado e, com isso, atrair a clientela.

Esse processo ocorre, de forma acentuada, em contextos de mercado mais competitivos, onde a redução da demanda por ensino superior provoca diminuição nas matrículas e, conseqüentemente, um excedente de vagas no sistema.

Resta perguntar: da perspectiva do sistema de ensino superior, essa ampliação do número de cursos mediante a fragmentação das carreiras estaria resultando em sua maior diversificação? Em outras palavras, a fragmentação das carreiras pode ser entendida como uma das manifestações da diversificação do sistema de ensino superior no País?

Para responder a essa questão, é preciso recorrer à literatura internacional sobre ensino superior, em especial, àquela voltada para as transformações que ocorreram, a partir da segunda metade deste século, nos sistemas de ensino superior e identificar, em alguns de seus principais expoentes, os vários sentidos que vêm sendo atribuídos à noção de diversificação. Após realizar essa incursão, retoma-se a questão da fragmentação das carreiras no setor

privado de ensino superior. O propósito é discutir em que medida essa fragmentação das carreiras que se verifica nos estabelecimentos privados de ensino superior vincula-se, ou não, às diferentes manifestações que, na literatura, aparecem associadas à noção de diversificação no sistema de ensino superior.

Diferenciação institucional e hierarquia. A passagem de sistemas de elite para sistemas de massa, capazes de absorver um contingente maior de estudantes foi, sem dúvida, a maior transformação do ensino superior neste século. O crescimento das matrículas de ensino superior constituiu um fenômeno geral, que se verificou, com *timings* e com intensidades variadas, em todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, no pós-Guerra (Clark, 1983). Essa expansão derivou do crescimento demográfico e da demanda por educação, que aumenta em função de uma mudança nos valores, na percepção de que uma sociedade mais educada aufere benefícios maiores (Blume, 1987) .

A partir do final da década de 1960 até meados da década de 1970, a questão fundamental na discussão sobre ensino superior passou a ser acomodar esse crescimento dentro do sistema de ensino superior. Em outras palavras, o problema era como administrar a expansão do sistema.

Blume (1987) mostra que essa expansão ocorreu mediante dois processos distintos: pela expansão das universidades tradicionais de elite e pela transformação das universidades de elite em um sistema de massa, que passou a desempenhar novos papéis e atender clientelas diferenciadas. Segundo este autor, não é que o ensino superior de massa tenha deixado de preparar as elites para o desempenho de papéis no governo e nas profissões tradicionais; ocorre que o ensino superior de massa prepara um espectro amplo de elites, o qual inclui os segmentos dirigentes das organizações econômicas e técnicas de uma sociedade.

Nesse quadro, na medida em que o sistema se expandiu, a função do ensino superior manteve-se no campo do treinamento e transmissão de conhecimentos e habilidades específicas, tendendo a enfatizar, cada vez mais, a formação especializada. Associado a esse processo de expansão e de mudança no ensino superior processaram-se mudanças na estrutura dos curricula e dos meios de instrução, nos padrões acadêmicos e no *locus* de poder que controla o processo decisório acadêmico. Também a didática e a relação professor - aluno tenderam a mudar: aulas expositivas tendem a substituir os seminários a fim de atender um

número maior de alunos; técnicas de educação a distância, como televisão, audiovisual, entre outras, passam a ser incorporadas no processo ensino-aprendizagem. Muda também a relação entre trabalho e educação com o aumento do número de estudantes em tempo parcial, os quais conciliam estudo e trabalho (Blume, 1987).

Todas essas mudanças apontadas por Blume não significaram - o próprio autor observa - necessariamente a democratização das universidades de elite. Ou seja, a expansão do sistema não leva a um igualitarismo crescente; ao contrário, a expansão tende a estimular um processo de **diversificação** institucional, de institucionalização das diferenças que existem entre os vários segmentos do ensino superior. A defesa do sistema unitário, do igualitarismo, não seria viável, segundo esse autor. Isso porque nenhuma sociedade dispõe de recursos suficientes para oferecer a 25-30% dos jovens (taxa média de escolarização superior nos países da Europa ocidental) o mesmo padrão de ensino superior que costumava oferecer a apenas 5% de sua população jovem. Nesse sentido, segundo Blume, ao permitir que as instituições de ensino superior de elite continuem a funcionar como antes, a diversificação emerge como solução para o problema da expansão desse nível de ensino. Com efeito, em cada país, as soluções encontradas visando à promoção da diversificação foram distintas; em todos eles, todavia, adotaram-se medidas para instituir novas formas de ingresso, de freqüência, nova estrutura curricular e de aprendizagem nos sistemas de ensino superior.

Outro aspecto a ressaltar nas considerações de Blume refere-se ao fato de o processo de expansão dos sistemas ter ocorrido ao largo do núcleo do sistema de ensino superior - as universidades de elite (como, por exemplo, as Grandes Écoles, na França; Oxford e Cambridge, na Inglaterra e as do Ivy League, nos Estados Unidos da América). Essas instituições foram capazes de se proteger da expansão e de seus efeitos. A massificação ocorreu pela ampliação de outros segmentos do sistema, em um processo paralelo de universidade de elite e instituições de ensino superior de massa. As primeiras preservaram para si o desempenho de funções específicas que as instituições de massa não estariam em condições de desempenhar.

É possível depreender das considerações de Blume o seguinte encadeamento: ampliação do atendimento da demanda (fator exógeno ao sistema), diversificação (solução do sistema) e hierarquização (de funções) dos estabelecimentos no interior dos sistemas de ensino superior.

Recentemente, nos Estados Unidos, uma outra sorte de estudos tem entendido a diversificação no ensino superior no sentido não só da capacidade de ampliar a clientela, mas de promover uma democracia étnica e cultural. Esses estudos inscrevem-se em um contexto mais amplo, cujo foco recai nas conexões entre diversidade americana e o futuro da democracia norte-americana. De acordo com essa perspectiva, *"higher education has a double obligations: (1) to create new opportunities for both public and campus learning about the United States as a diverse democracy and (2) to commit its institutions to making their campuses inclusive educational environnements in which all participants are equally welcome, equally valued and equally heard"* (1994, p.44).

Diversificação enquanto processo endógeno ao sistema. A relação entre diversificação e hierarquia nos sistemas de ensino superior também foi desenvolvida por Geiger (1985) a propósito das universidades norte-americanas. Segundo esse autor, diversificação e hierarquia constituem as duas características fundamentais do ensino superior norte-americano. Entretanto, diferentemente de Blume, que vê na diversificação dos sistemas de ensino superior um processo inevitável de hierarquização, posto que as instituições passam a se especializar no atendimento de elite e de massa, Geiger entende hierarquia e diversificação como processos paralelos. Segundo ele, *"hierarchical rankings pressupose features in commom by which instituitions migth be compared; diversity pertains above all to the significant differences between institutions that tend to make them incommensurate. The salience of both in American higher education is not really a paradox, but rather an aspect of the system's complexity"* (1985, p.77). Diversificação remete, assim, às diferenças que não são passíveis de mensuração; sendo de naturezas distintas, reportam-se aos arranjos que ocorrem em cada instituição. Se, de um lado, as universidades de pesquisa norte-americanas podem ser escalonadas a partir da utilização de "n" indicadores relativos ao desempenho da função "pesquisa" - e Geiger o faz -, por outro, é impossível medir a diversificação que caracteriza os arranjos institucionais desse conjunto de instituições e suas vinculações com o sistema de ensino superior como um todo.

Clark (1983) segue nessa mesma direção. Para ele, a principal matriz (*master matrix*) do ensino superior - e a chave para compreendê-lo em sua especificidade organizacional - é a intersecção (*cross-cutting*) que existe entre disciplina e instituição. Isso porque "*higher education needs disciplines to concetrate on research and scholarship and it needs universtity*

and colleges to concetrate on teaching and dissemination" (1983, p.106). Segundo esse autor, é essa relação necessária entre disciplina e instituição que estaria na base da diversificação do ensino superior. A disciplina, ao contrário do estabelecimento, não tem fronteiras, a não ser aquelas demarcadas pela própria comunidade de especialistas; essa característica confere às instituições uma relativa homogeneidade. Já o estabelecimento, ao combinar a função de pesquisa com seus outros objetivos e capacidades, tende a se diferenciar. Ou seja, o cruzamento desses dois recortes do ensino superior - disciplina/instituição - oportuniza, a despeito das forças contrárias de uniformização, o surgimento de uma grande variedade de arranjos institucionais, que, por sua vez, imprimem diversificação ao ensino superior. A diversificação, tanto em Clark como em Geiger, resulta, assim, de forças endógenas ao próprio sistema: é a busca de vocações diversas, do reconhecimento da pluralidade de funções do ensino superior moderno, do desenvolvimento dos diferentes campos de estudo levando à criação de novas especialidades e de suas comunidades acadêmicas correspondentes que estariam conformando a diversificação do ensino superior.

Novos campos e especialização. Kerr (1982), em seu clássico estudo sobre as transformações que se processaram na universidade desde o Século XIX e os novos papéis que, desde então, ela passou a desempenhar, chama a atenção para as mudanças acadêmicas que se originaram no mercado externo ao das formulações da política educacional. Essas mudanças, ocasionadas no contexto da expansão do ensino superior neste século, referem-se ao deslocamento da formação liberal para a formação vocacional e no interior destas, as mudanças de um campo para outro. As engenharias, segundo o autor, tem funcionado, ao longo dos tempos, como uma espécie de ioiô em termos dos atrativos que oferecem aos estudantes. Já a carreira de Administração e as especializações paramédicas, nesse quadro de deslocamento da formação liberal para a vocacional, foram as grandes vencedoras. Para Kerr, considerando-se cada área específica do conhecimento, constata-se que a composição de cada uma delas no que se refere ao tipo de instrução transmitida tem mudado, ininterruptamente, desde a segunda metade deste século, quando se processou a expansão do ensino superior.

Kerr (1982) salienta que essas mudanças ocorridas no campo de formação profissional podem ser consideradas a revolução de maior envergadura no ensino superior. Trata-se de mudanças influenciadas pelo mercado, ou seja, desencadeadas por fatores externos às orientações das políticas educacionais. Elas permeiam as mais diferentes dimensões da vida

acadêmica: desde o que os professores pensavam e pesquisavam, os estudantes estudavam, as bibliotecas compravam, os departamentos valorizavam em termos de pesquisa e ensino, até os tipos de laboratórios e prédios que foram construídos e onde foram alocados os *campi*.

Nota-se aí uma diferença em relação às formulações de Clark (1983) sobre a especialização dos campos de conhecimento. Para Clark, a especialização resulta: 1) do desenvolvimento interno das disciplinas, que têm uma dimensão internacional; 2) da tensão entre o campo geral e o especializado; 3) da necessidade de acomodar essa tensão e defender a consolidação do novo campo e, conseqüentemente, o prestígio e *status* de seus novos especialistas. Em suma, embora o mercado seja um fator importante para as mudanças que se desencadearam no campo das profissões de ensino superior, não se deve subestimar as respostas do próprio sistema a esse mercado. Nessas respostas, o *cross-cutting* disciplina/instituição é força motriz da diversificação.

A noção de diversificação do ensino superior associada à de especialização dos campos do conhecimento está também presente em Scott (1990). Segundo esse autor, a universidade moderna desempenha quatro funções principais: de escola final, pois corresponde ao último estágio da educação geral; de escola profissional responsável pelo treinamento de trabalhadores de elite; de fábrica de conhecimento, produtora da ciência, tecnologia e ideologia; e, por fim, de instituição cultural, também responsável por processar a crítica e redefinir valores e crenças.

A questão da especialização inscreve-se na segunda função da universidade, a de escola profissional. Tal função é ambígua. De um lado, a inexorável extensão do credencialismo confluiu para uma relativa homogeneidade no sistema de ensino superior. Profissões que, até o presente, orientaram-se por códigos próprios e independentes estão propensas a ser fortemente influenciadas pelas tendências majoritárias dos valores acadêmicos. Nesse sentido, a idéia de especialização desenvolvida no contexto das profissões liberais como Direito, Medicina e/ou das profissões técnicas como as de Engenharia, recentemente, estendeu-se também a outras profissões, como, por exemplo, Administração. Por outro lado, as mudanças que ocorreram na sociedade estimulam a heterogeneidade. No passado, às profissões liberais da era pré-industrial somaram-se as profissões técnicas produzidas pela Revolução Industrial. No pós-Guerra, a ênfase da universidade recaiu sobre as profissões que tinham sido desenvolvidas em torno do Estado de Bem-Estar Social, como professores e trabalhadores sociais. Mais recentemente, verifica-se uma outra mudança: o

desenvolvimento das profissões gerenciais ao encontro das necessidades das grandes corporações de negócios. Quem sabe quais serão as próximas? questiona Scott (1990). E, ironicamente, responde: profissões pós-industriais com um toque "verde" (green)? Em um certo sentido, segundo Scott, a mudança nas características das profissões é um processo incremental; advogados e médicos continuam, como antes, detendo maior prestígio, em que pese o relativismo que se instaurou com a defesa da diversificação do ensino superior e a especialização dos campos profissionais.

Diversificação das instituições e diversificação das carreiras. As considerações feitas anteriormente acerca da noção de diversificação do ensino superior, evidentemente, não esgotam a complexidade do tema. Ao recuperar alguns dos principais expoentes da literatura contemporânea sobre ensino superior, o objetivo foi mostrar como a noção de diversificação enfeixa uma série de outras e como, em cada autor, essa noção está comprometida com arcabouços teóricos e metodológicos muito próprios.

O fato de a noção de diversificação do ensino superior compreender tantas outras noções leva, muitas vezes$ a confundir a heterogeneidade e diversidade de um sistema nacional de ensino superior (dependência administrativa, natureza institucional dos estabelecimentos que o compõem) com a idéia de diversificação do ensino superior. A despeito de seus inúmeros significados, é possível identificar alguns elementos comuns. Os principais são: ampliação e diferenciação da clientela; diferenciação de funções das instituições no sistema (Blume e Kerr) ou pluralidade de vocações e interações institucionais (Clark e Geiger); flexiblidade no processo ensino-aprendizagem; desenvolvimento das disciplinas levando à especialização; deslocamento do campo de oferta de formação profissional, acrescentando às de caráter liberal e às técnicas outras ligadas ao desenvolvimento das profissões na sociedade, outra face da especialização.

Em um sentido estrito, pode-se afirmar que o sistema de ensino superior no Brasil, desde a sua grande expansão ocorrida na década de 1960 até meados dos anos 80, efetivamente, passou por diferentes experiências associadas à idéia de diversificação. Entretanto, parece que no sistema de ensino superior brasileiro a diversificação que ocorreu está mais próxima do sentido apontado por Blume (1987). Ou seja, diversificação enquanto divisão de funções do sistema para acomodar a ampliação, quantitativa e qualitativa, da

clientela de ensino superior. Nesse sentido, diversificação, se ocorreu, instaurou uma diferenciação e hierarquização entre os estabelecimentos que compõem o sistema; nesse processo, algumas universidades públicas e poucas instituições católicas ou laicas de elite situam-se no topo, porque conseguiram preservar-se dos efeitos da massificação, enquanto os demais estabelecimentos que se instalaram voltaram-se ao atendimento da demanda de massa. Essa hierarquia reflete também na diferenciação institucional dos estabelecimentos, no sentido de serem escolas isoladas ou universidades.

No Brasil, existe, ainda, outro fator. A diversificação no sentido de estimular as diferenças e as vocações de segmentos institucionais tem sido, tradicionalmente, desestimulada por modelos que incentivam a uniformidade e pelo próprio caráter credencialista do diploma de ensino superior na sociedade brasileira. O modelo é o da universidade que concilia ensino e pesquisa e de universalidade de campo. Os segmentos do ensino superior que não têm condições de desenvolver pesquisa ou de oferecer cursos nas três áreas básicas do conhecimento, diante desse modelo valorizado, tendem a imitá-lo. Muitas das universidades particulares criadas nos últimos 10 anos são simulacros do modelo valorizado de ensino superior, o de universidade.

Nesse contexto, a fragmentação das carreiras que ocorre no setor privado de ensino superior no Brasil não resulta do desenvolvimento das disciplinas; as carreiras derivadas não são especializações no sentido conferido por Clark (1983). Veja-se o caso de Comunicação Social: as carreiras derivadas nada mais são do que uma autonomização das habilitações anteriormente oferecidas no âmbito da formação de comunicólogo. A tensão que caracteriza o surgimento das novas disciplinas - ou especializações - não está presente nos estabelecimentos particulares, onde a comunidade acadêmica é frágil e a pesquisa quase inexistente. A fragmentação das carreiras é uma decisão administrativa, alheia à institucionalização da pesquisa nos estabelecimentos particulares e aos conflitos, normalmente decorrentes, entre os membros da comunidade acadêmica vinculados ao desenvolvimento de novos campos do conhecimento (Clark, 1983).

Em um sistema como o brasileiro, em que a moldura legal que, tradicionalmente, regulamentou o ensino superior estimula a uniformidade, direcionando a organização desse nível de ensino para o modelo de universidade, a fragmentação das carreiras no setor privado cumpria ainda a função de completar a universalidade de campo, exigida pela legislação anterior para o reconhecimento como universidade. Uma carreira derivada da área da saúde,

como os cursos de Musicoterapia, Psicomotricidade, Fonoaudiologia, Fisioterapia ou ainda Terapia Ocupacional, além da questão do mercado, pode preencher o requisito das áreas das Ciências Biológicas e da Saúde e serem oferecidos "no lugar de" cursos mais dispendiosos, tanto para o estabelecimento que os oferecem como para os estudantes que devem pagar para cursá-los, e sujeitos ao controle de órgãos externos, como ocorre com os cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia.

É verdade que nem todas as novas carreiras ou disciplinas devem ter sua origem no desenvolvimento das disciplinas. Muitas delas surgem em resposta às demandas profissionais da sociedade. Nesse sentido, a fragmentação do campo das profissões ligadas aos negócios - carreiras gerenciais -, ou ainda à área da comunicação, nos estabelecimentos privados de ensino superior no País parece convergir para o que está acontecendo em outros sistemas nacionais[22]. O mesmo parece ocorrer em relação à recente valorização no mercado profissional das carreiras paramédicas. Nesse sentido, o acentuado movimento de fragmentação das carreiras gerenciais e paramédicas que se verifica nos estabelecimentos particulares de ensino superior no Brasil expressa algo de mais geral que se está processando nas profissões nas sociedades contemporâneas. Se essas novas ofertas de carreiras correspondem às demandas profissionais do Brasil, do Nordeste, do Centro-Oeste e de outras regiões, dos estudantes de suas capitais ou do interior, é difícil avaliar. Com certeza, elas são chamarizes de novas clientelas. Caso contrário, os estabelecimentos privados de ensino superior não se arriscariam em implementá-las.

---

[22] Brennam *et al*. (1993) em um estudo comparativo (1982/1985) sobre a relação entre formandos (homens e mulheres) de alguns cursos superiores e sua absorção pelo mercado de trabalho nos Estados Unidos, classificam os cursos analisados em três categorias, denominando uma delas de "tematic/vocacional". De acordo com os autores, *"These are subjects wich are vocacional, but not in a highly especific way. Their relationship to the labor market is less diffuse than the discipline category. They have most of the features of the discipline-based courses* [como Biologia, Humanidades, Letras], *but in addition to general skills and knowledge the graduates also posses 'especial' skills and knowledge applicable to 'being employed'. There is an occupacional training in this type of degree in that graduate adquire some work-related skills that they may be able to use in a job, but like those graduates in discipline-based based cathegory the process of job training being with graduation.* Segundo os autores, incluem-se nessa categoria de cursos temáticos Desenho Gráfico, Ciências Sociais, Estilismo, Administração em suas diferentes modalidades, Negócios, Comunicação *(Communication Studies)*, Desenho Industrial *(3D Design).*

Referências Bibliográficas

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (1997). *Catálogo Geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES*. Brasília.

Blume, Stuart. (1987) *Elite institutions and transformation process in higher education*. Paper apresentado na Conferência Internacional Higher Education: Criativity, Legitimation and System Transformations. Rosenon, Dalaro. (Mimeo).

Brennan, J. L. *et al* (1993). *Students, Courses and Jobs. The Relationship Between Higher Education and Labour Market.* Education Policy Series 21. London: Jessica Kingsley Publishers.

Clark, Burton. (1983) *El Sistema de educación superior - Una visión comparativa de la organizacion académica*. México: Universidad Autónoma Metropolitana- Azacapotzalco, Nueva Imagem.

Dourado, Luis Fernando. (1997) Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Durham, E.R. (1993). Uma política para o ensino superior. *Documento de Trabalho NUPES 1/93*. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

Garcia, Carmem Guadilla (1997). La reforma de la educación superior en Venezuela desde una perspectiva comparada. Em: Catani, Afrânio (Org.). *Congresso Internacional de Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Recife.

Geiger, Roger. (1985) Hierarchy and Diversity in American Research Universities. Em: Wittock, Börnj, Elzinga, Aant (Orgs.). *The University Reaserch System - The Public Policies of the Home of Scientist*. Studies in Higher Education in Sweden, Stockolm Wiksell International.

Kerr, Clark. (1982) *The Uses of University*. 3 Ed. Cambrigde, Mass: Harvard University Press.

Kerr, Clark. *Higher Education Cannot Escape History*. Issues for the Twenty-first Century. Albany: State University of New York Press, 1994.

Martins, Carlos Benedito (1995). O ensino superior privado no Distrito Federal. São Paulo: *Documento de Trabalho NUPES 4/95*. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

Ministério da Educação e do Desporto (1990), Secretaria de Administração Geral / Coordenadoria de Informações para o Planejamento.

Ministério da Educação e do Desporto (1994 a). *Evolução da Estatística do Ensino Superior no Brasil*, Brasília.

Ministério da Educação e do Desporto (1994 b*). Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação*, Brasília.

Neves, Clarissa B. (1995) Ensino superior privado no Rio Grande do Sul - a experiência das universidades comunitárias. *Documento de Trabalho NUPES 6/95*. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

Schwartzman, Simon. (1988) Brazil: Opportunity and crisis in higher education. *Higher Education*, 17, 99-119.

Scott, Peter. (1990) Posmodernism and neoliberalism: challanges to the modern tradition in higher education and science. *The Times Higher Education Supplement*, june.

Anexo

Relação nominal das universidades particulares, localização e ano da portaria de criação e/ou credenciamento – Brasil 1980-1996.

1980-1996

Universidade de Fortaleza (Ceará, 1983*)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS, 1983*)

Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (Ijuí/RS, 1985)

Universidade São Francisco (Bragança Paulista/SP, 1985)

Universidade de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto/SP, 1985)

Universidade Brás Cubas (Mogi das Cruzes/SP, 1985)

Universidade Católica de Santos (Santos/SP, 1986)

Universidade do Sagrado Coração (Bauru/SP, 1986)

Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes (Santos/SP, 1986)

Universidade de Guarulhos (Guarulhos/SP, 1986)

Universidade do Oeste Paulista (Presidente Prudente/SP, 1987)

Universidade de Marília (Marília/SP, 1988)

Universidade de Uberaba (Uberaba/MG, 1988)

Universidade de Alfenas (Alfenas/MG, 1988)

Universidade do Sul de Santa Catarina (Tubarão/SC, 1989)

Universidade da Região da Campanha (Bagé/RS, 1989)

Universidade do Vale do Itajaí (Itajaí/SC, 1989)

Universidade São Judas Tadeu (São Paulo/SP, 1989)

Universidade Camilo Castelo Branco (São Paulo/SP, 1989)

Universidade Luterana do Brasil (Canoas/RS, 1989)

Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP, 1992)

Universidade Regional do Alto das Missões (Erechim/RS, 1992)

Universidade Vale do Rio Doce (Governador Valadares/MG, 1992)

Universidade Ibirapuera (São Paulo/SP, 1992)

Universidade Cidade de São Paulo (São Paulo/SP, 1992)

Universidade Veiga de Almeida (Rio de Janeiro/RJ, 1992)

Universidade do Grande ABC (São Caetano do Sul/SP, 1992)

Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo/SP, 1993)

Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul/RS, 1993)

Universidade Salgado de Oliveira (Rio de Janeiro/RJ, 1993)

Universidade de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu/RJ, 1993)

Universidade do Amazonas (Belém/PA, 1993)

Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande/MS, 1993)

Universidade Paranaense (Umuarama/PR, 1993)

Universidade de Cruz Alta (Cruz Alta/RS, 1993)

Universidade Bandeirante (São Paulo/SP, 1994)

Universidade do Grande Rio (Duque de Caxias/RJ, 1994)

Universidade de Franca (Franca/SP, 1994)

Universidade de Sorocaba (Sorocaba/SP, 1994)

Universidade de Cuiabá (Cuiabá/MT, 1994)

Universidade Católica de Brasília (Brasília/DF, 1994)

Universidade São Marcos (São Paulo/SP, 1994)

Universidade Castelo Branco (Realengo/RJ, 1994)

Universidade Santo Amaro (São Paulo/SP, 1994)

Universidade Tiradentes (Aracaju/SE, 1994)

Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Campo Grande/MS, 1996)

*Universidades que já funcionavam autorizadas e foram reconhecidas sob a nova sistemática implantada pela Resolução nº 03/83 do Conselho Federal de Educação.

Fontes: Tramontim (1996).